

INCLUSÃO ESCOLAR: ATUAL FORMAÇÃO E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PROFISSIONAIS DA ÁREA

Erica Wiliane (1); Érica Raiane Galvão (2); Carla Montanha de Lima (3)

Universidade Federal Rural de Pernambuco, ericawiliane98@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco, ericaraiane7@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco, carlota.mdl@hotmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva refletir sobre a questão das dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam na educação inclusiva em relação ao ensino para com esse público-alvo. Os dados foram recolhidos de um Centro de reabilitação em educação especial / CREE localizada na cidade de Garanhuns - PE. Foram entrevistados cinco profissionais da área sobre seus respectivos pontos de vista e opiniões sobre o atual cenário da formação do docente voltado para a inclusão, além de tratar também sobre as instituições de ensino e se elas têm estrutura para atender com eficiência esses estudantes. Os resultados apontam que é necessária uma cooperação de todos os internos e órgão superiores em prol da educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, docente, qualidade de ensino.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de crianças portadoras de deficiência é um tema que necessita de reflexões visando o aprimoramento da prática pedagógica. Muitos profissionais não têm subsídios necessários para embasar a sua prática pedagógica, acarretando na dificuldade de aprendizagem e socialização. Nas escolas, de modo geral, não existe um método realmente eficiente para atender as necessidades essenciais desses alunos. Além disso, muitos profissionais da área demonstram ter muita dificuldade de exercer a profissão, ou seja, existe um grande desafio na capacitação do pedagogo, vindo mais precisamente de sua própria formação.

O presente trabalho trata sobre a inclusão de estudantes deficientes no ambiente escolar, sobre a formação docente e dificuldades enfrentadas pelos profissionais da área para atuarem. O objetivo deste artigo é contextualizar os leitores sobre o tema, além de analisar todo esse cenário, trazendo-o para a visão do docente e destacar algumas ações que podem ser feitas para uma melhor adaptação do aluno dentro do âmbito escolar. Para tanto, os objetivos específicos são: a) Analisar qual o caráter atual da inclusão como um todo; b) Identificar qual a formação inicial dos docentes; c) Compreender quais as dificuldades que os educadores enfrentam.

Baseando-se em todos esses critérios, trouxemos a realidade da (CREE), é uma instituição que oferece serviços exatamente voltados para portadores de deficiência. Tivemos a oportunidade de conversar com os profissionais que ali exercem seu trabalho e ter uma noção de qual a realidade e o que pode ser feito, seja por parte dos próprios professores ou até por parte de entidades maiores, para uma reflexão sobre a necessidade de melhora nos serviços oferecidos.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva busca levar alunos com determinada deficiência ou transtorno global de desenvolvimento a conviverem com todos os outros estudantes, onde são incluídos nas escolas regulares. Ela por sua vez, diferencia-se da educação especial por não segregar os alunos com deficiência dos outros estudantes, mas sempre visando o acompanhamento e estímulo para melhores processos de desenvolvimento e aprendizagem.

A Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009, tem como ementa – como consta na própria Resolução – “instituir diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial”, e vem com o propósito de guiar as instituições e profissionais a seguirem as leis que nela se encontram conforme os direitos de cada aluno. Logo em seu primeiro artigo, ela diz:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Esse modelo de educação se deriva do direito do aluno, independentemente de apresentar deficiência ou não, ter direito a uma educação pública, de qualidade e ter suas necessidades atendidas pela instituição. Quando todos na escola se empenham em prol da educação inclusiva é possível criar um ambiente mais propício à aprendizagem de todos. É uma educação voltada para a cidadania, reconhecendo e valorizando as diferenças sem preconceito. Conforme Mantoan (2003) a inclusão consiste em uma inserção escolar radical, abrangendo todos os alunos, sem exceção, a terem acesso à educação.

3 FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

A formação do professor, no processo onde tem como objetivo a inclusão, é apontada como um dos principais elementos, no sentido de assegurar aos alunos um ensino de qualidade. Todos na escola devem ter a capacidade de se adequar e moldar estratégias diferentes para melhor atender os alunos com deficiência.

A própria Resolução CNE/CEB nº 4, em seu 13º artigo, também traz as atribuições que o profissional do atendimento educacional especializado precisa exercer, tendo aqui como exemplos seus incisos I e IV, que dizem, respectivamente: “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial” e “acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola”, são eles que tratam, de modo geral, da importância do professor saber lidar com a presença desses alunos, e acima de tudo, saber incluí-los e acompanhá-los respeitando sempre seu tempo de desenvolvimento.

Com relação às discussões sobre a formação dos professores, a mais citada e melhor avaliada entre os pesquisadores da educação é a da formação de professores reflexivos. Sobre isso, Duarte (1998, p. 6) afirma:

O designado paradigma reflexivo para formação de professores surge, assim, como uma reação contra a visão de professor como técnico, a rejeição de um paradigma que considera os professores como utilizadores passivos de teorias externas à prática da sala de aula ... trata-se ... de desenvolver o “pensamento prático” dos professores, que constitui uma “complexa competência de carácter holístico” uma “competência global de intervenção”, um “conjunto idiossincrático, coerente de carácter cognitivo e afetivo”, envolvendo “conhecimento, capacidades, teorias, crenças e atitudes.

Tendo em vista o atual cenário da educação brasileira, observa-se que o professor do ensino regular não tem a preparação considerada ideal para lidar com a inclusão de crianças deficientes. Segundo Rodrigues (2003), isso se dá por conta de sua formação, que no geral dá ênfase à teoria, se distanciando da prática, não proporcionando a formação necessária aos profissionais para desenvolver trabalhos que atendam a heterogeneidade da turma. Ela também acaba sendo voltada para atender apenas necessidades específicas apresentadas por determinado aluno e os profissionais especializados na área de educação especial também são formados do mesmo modo, deve-se repensar a formação de ambos.

4 DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS ATUAIS E FUTUROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR

Quando falamos da implantação de determinada política ou ação no campo da educação, mas especificamente dentro da sala de aula, mantemos o foco no professor. Ele que historicamente tem pouco reconhecimento e grande responsabilidade no que se refere à formação do aluno, não só em sua formação para o futuro mercado de trabalho, mas na construção de um ser social, crítico e de caráter, visando uma sociedade mais evoluída e justa.

É notável que as exigências e expectativas sobre ele sejam enormes, entretanto não há uma compensação atraente para os profissionais, tendo em vista seu salário considerado baixo se comparado à média salarial de outras áreas do mercado, o que está diretamente ligado com o alto índice de desinteresse e desistência dos acadêmicos para com os cursos de licenciatura, sabendo do alto nível de estudo e dedicação para ter acesso a um baixo salário. Sobre isso, Marchesi (2004, p.44) afirma:

Não pode ignorar o conjunto de condições que influem no trabalho do professor. Sua retribuição econômica, suas condições de trabalho, sua valorização social e suas expectativas profissionais são, ao lado da formação permanente, fatores que facilitam ou dificultam sua motivação e sua dedicação.

Diante de um cenário onde as escolas do país procuram se tornar um ambiente cada vez mais propício à inclusão, é notável observar que ainda existem inúmeros problemas a serem enfrentados pelos professores, no que diz respeito à infraestrutura das instituições, superlotação das salas de aula, escassez de materiais didáticos, falta de recursos tecnológicos, ausência de espaços para recreação, dentre outros.

Para obter êxito nesse quesito, é necessário que haja um planejamento e um investimento de órgãos superiores. Para o melhoramento não só da estrutura, mas também no setor pedagógico. Além do fornecimento de recursos que solucionem os problemas citados acima para receber os alunos de forma adequada, é necessário que seja repensado práticas e metodologias, com reflexão na ação pedagógica. Sant'Ana (2005, p.228) relata:

Na inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados à temática. Docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar seja efetivada nas escolas.

A gestão deve realizar a importante tarefa de acolher não só as crianças, mas os próprios professores também. Ela por sua vez assume um papel de protagonismo relevante nas ações pedagógicas, proporcionando até mesmo uma mudança educativa.

Tendo uma administração e professores competentes, além de órgãos superiores que se interessem pela ideia, é possível sim fazer da inclusão algo enraizado nas instituições brasileiras e oferecer um ensino de qualidade tratando as crianças com igualdade e respeito às diferenças

5 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o presente artigo foi a pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Segundo Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como finalidade explorar de forma mais aprofundada conceitos e ideias sobre determinado assunto, em que neste tipo de pesquisa é feito o levantamento bibliográfico e documental. As pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral sobre determinado fato, em que esse tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido não é muito explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas. Nesta pesquisa buscamos o embasamento de vários teóricos e estudos sobre o tema para ampliar o conhecimento sobre o tema pretendido.

A coleta de dados foi realizada através das entrevistas que foram feitas com cinco professores da área que deram seus relatos. Para análise dos dados nos apoiamos na resolução CNE/CEB n° 4 de 2009 e teóricos que discutem o assunto abordado.

Para Minayo (2003) a pesquisada qualitativa trata-se de um conjunto de técnicas a serem adotadas para construir uma realidade. Ela visa à construção de uma realidade, com o universo de crenças, valores, significados. Godoy (1995, p. 58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, que também embasam este trabalho: considera o ambiente de caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de uma forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para obtenção dos resultados o método usado foi à entrevista com cinco professores diversificados da área da educação especial do CREE. No âmbito escolar pesquisado, os estudantes são de um contexto sócio econômico variado, porém a maioria possui baixa renda familiar. É importante que o professor saiba trabalhar com o aluno em suas especificidades. Como afirma Mantoan (2006, p. 15) “incluir de modo a reconhecer e valorizar as diferenças sem discriminar os alunos nem segregá-los”.

De acordo com a P1 (primeira pergunta) que focou em pesquisar a maior dificuldade dos professores para lidar com esse tipo de aluno, a maioria respondeu que a graduação não os preparou para educar alunos com quaisquer tipo de deficiência por mais que vários deles tenham diplomas variados e pós-graduações, a preparação não é efetiva para esse trabalho. Os professores não sabem lidar com o aluno deficiente e tentam inclui-lo com dinâmicas e aulas diferenciadas, porém na maioria das vezes o sistema é falho.

Segundo Lima (2002), a formação dos professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da dificuldade de receber uma criança com deficiência na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores: “não fui preparado para lidar com crianças com deficiência”.

Para uma professora entrevistada, formada em pedagogia, mestra e doutora na área de braile (única professora deficiente visual do agreste meridional), como docente ela diz que o que torna mais difícil o papel do professor na inclusão das crianças portadoras de deficiência é que:

O problema está no pensamento que as pessoas adquiriram ao longo da vida e não pararam para mudar esses pensamentos, pois a dificuldade não está na criança com deficiência, está nos professores que não param para estudar sobre educação especializada e não tem essa oportunidade de estudo.

A P2 já abordou outro questionamento presente na rotina dos acadêmicos em licenciatura, o que o Estado poderia fazer para aprimorar a qualificação desses professores para que todos saibam lidar com a inclusão dessas crianças. De acordo com Bueno (1993) deve-se existir dois tipos de profissionais, a primeira é a dos professores de ensino regular que tenham o mínimo de conhecimento para lidarem com alunos com necessidades que possam atender todos os discentes e auxiliar o professor que só tenha o ensino regular. Ou seja, além do Estado possibilitar a formação do docente o mesmo deve ter uma base para se apoiar e se adquirir experiência nesse meio, essa base seria o professor especializado em educação

especial, essa é uma das possibilidades para melhoria do ensino, porém existem outras problemáticas presentes no meio educacional da criança deficiente, como cita Alves (2009):

O importante não é só capacitar o professor, mas também toda a equipe de funcionários dessa escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro da sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adianta cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas.

Outros professores também citaram que as políticas públicas não deveriam generalizar as deficiências, mas sim respeitar as especificidades de cada uma dando um alicerce a tudo que elas necessitam nas instituições de ensino com suas características particulares, pois cada deficiência tem sua peculiaridade e é necessário que se tenha mais investimentos no processo de formação dos educadores para construir e reorientar as práticas educacionais.

A P3 abordou um questionamento sobre se é responsabilidade exclusiva do professor em educar e lidar com esse tipo de aluno. Os professores entrevistados chegaram à conclusão de que a educação exige a colaboração de todos na sala de aula e na escola. Desse modo, além de existir uma necessidade de se orientar os profissionais da educação, também deve-se passar orientações para todos os discentes, pois com a convivência entre os colegas e a escola, como um todo, a criança poderá se desenvolver de uma forma melhor e mais harmoniosa.

Mas para que isso seja feito precisa-se que a sociedade tenha uma postura humana diferente do que a que se encontra atualmente, pois o defeito da exclusão social se dá pelo modo de ver e pensar particular de cada indivíduo sobre esse assunto. É necessário que as barreiras atitudinais sejam rompidas, que haja uma reflexão e mudança de pensamento e comportamento para que a inclusão ocorra de fato, onde não apenas os alunos estejam inseridos em sala, mas que de fato estejam incluídos, acolhidos e tenham melhores vivências na escola.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa realizada pode-se fazer uma reflexão aproximada em torno da educação inclusiva, além de proporcionar um maior conhecimento sobre as leis que regem o país nessa temática. A Constituição Federal de 1988 trouxe como elemento exigido, em termos legislativos, o respeito à diversidade sem preconceitos com cor e raça. Inclusive, sendo intolerável toda e qualquer discriminação relacionada. Pensar uma escola inclusiva é pensar uma escola justa e democrática, que inclua a todos.

Com essa pesquisa, percebeu-se que um dos grandes problemas não só da educação inclusiva, mas da educação brasileira como um todo, é a precariedade da formação dos professores para atender as necessidades dos alunos. O atual movimento de inclusão não é suficiente para arcar com a demanda presente no país. A formação do profissional da área é um dos grandes pilares que sustentam a educação, ela deve ser um compromisso dos sistemas de ensino que se comprometem em fazer da inclusão algo que tenha um índice de sucesso absoluto.

Por conseguinte, é extremamente necessário que se invista na formação continuada dos educadores, para que saibam auxiliar o estudante na construção do conhecimento. Os professores sempre ressaltam que a maior dificuldade na educação inclusiva é a falta de formação específica. É essencial formações que auxiliem o educador para aprimoramento da prática pedagógica na perspectiva da inclusão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.

DUARTE, M. C. A formação de Professores: problemática e perspectivas. In: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES**, 1998. **Mesa redonda**. Universidade do Ninho. p. 1-18.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: **Inclusão Escolar: Pontos e contrapontos**. Summus Editorial, São Paulo, 2006.

MARCHESI, Álvaro. A Prática das escolas inclusivas. In: **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Editora Artmed, Porto Alegre, 2004.

RODRIGUES, David. (2003) “Educação Inclusiva: as boas e as más notícias”, in: **David Rodrigues (Org.) “Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade”**, Porto Editora, Porto.

SANT’ANA, Izabella Mendes. Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.